

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2021
COMPANHIA ADMINISTRADORA DA ZPE PARNAÍBA
PROCESSO Nº 086/2021
CÓDIGO UASG: 928409

EDITAL

A **COMPANHIA ADMINISTRADORA DA ZONA DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO DE PARNAÍBA – ZPE PARNAÍBA**, por intermédio do pregoeiro e do membro da equipe de apoio designados por meio de Portaria que ora integra os autos, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma eletrônica.

1. DO TIPO: Menor Preço.

2. DA FORMA DE FORNECIMENTO: Integral.

3. DA BASE LEGAL: Leis Federais nº 10.520, de 17 de julho 2002, Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Federal nº 13.303/2016, Regulamento Interno de Licitações e Contratos da ZPE PARNAÍBA (RILC) e o disposto no presente edital e seus anexos.

4. DO OBJETO:

A presente licitação tem por objeto a seleção da proposta mais vantajosa para o **FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E COMPONENTES DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PARA DATA CENTER (SERVIDOR, RACK, SWITCH, CONTROLE E FECHADURA DE ACESSO BIOMÉTRICO, NOBREAK, ETC) PARA A COMPANHIA ADMINISTRADORA DA ZONA DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO DE PARNAÍBA – ZPE PARNAÍBA**, conforme especificações, quantidades e condições estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

4.1. A licitação será realizada com **LOTE ÚNICO**, conforme constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para **FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E COMPONENTES DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PARA DATA CENTER (SERVIDOR, RACK, SWITCH, CONTROLE E FECHADURA DE ACESSO BIOMÉTRICO, NOBREAK, ETC) PARA A COMPANHIA ADMINISTRADORA DA ZONA DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO DE PARNAÍBA – ZPE PARNAÍBA**.

4.2. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no Catálogo de Serviços – CATSER do Compras Governamentais e as especificações constantes neste Edital, prevalecerão estas últimas.

5. DO ACESSO AO EDITAL, DO LOCAL DE REALIZAÇÃO E DO PREGOEIRO

5.1. O edital está disponível gratuitamente nos sítios www.zpeparnaiba.com.br e www.comprasnet.gov.br.

5.2. O certame será realizado por meio do sistema do Comprasnet, no endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br, pela pregoeira Eliane Mara de Moraes Aguiar, telefone 86 99826 0505.

6. DAS DATAS E HORÁRIOS DO CERTAME

6.1. INÍCIO DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: 06/09/2021.

6.2. DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: 21/09/2021, às 09H.

6.3. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 21/09/2021, às 09H.

6.4. REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo utilizadas pelo sistema será observado o horário de Brasília/DF.

6.5. Na hipótese de não haver expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data prevista, a sessão será remarcada, para, no mínimo, 48h (quarenta e oito horas), a contar da respectiva data, exceto quando remarcada automaticamente pelo próprio sistema eletrônico.

7. DO ENDEREÇO E HORÁRIO DO SETOR DE LICITAÇÕES

7.1. Rua Dom Pedro I, s/n, antiga estrada do Fio Telégrafo, Bairro Primavera, Parnaíba – PI

7.2. Horário de expediente do Setor de Licitações: das 08h às 13h.

8. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

8.1. As despesas decorrentes da contratação serão provenientes dos recursos próprios da COMPANHIA.

9. DA PARTICIPAÇÃO

9.1. Poderão participar deste Pregão Eletrônico os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, por meio do sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.

9.1.1 As regras para credenciamento estarão disponíveis no *site* constante no subitem 5.2, deste edital.

9.2. Tratando-se de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e as Cooperativas que se enquadrem nos termos do art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007 e que não se encontram em qualquer das exclusões relacionadas no § 4º, do artigo 3º, da Lei Complementar nº 123/2006, deverão declarar no Sistema *Comprasnet* para o exercício do tratamento jurídico simplificado e diferenciado previsto em Lei.

9.3. A participação implica a aceitação integral dos termos deste edital.

9.4. É vedada a participação nos seguintes casos:

9.4.1. Que estejam em estado de insolvência civil, sob processo de falência, dissolução, fusão, cisão, incorporação e liquidação.

9.4.2. Cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja diretor ou empregado da ZPE PARNAIBA.

9.4.3. Suspensas temporariamente de participar de licitação e impedidas de contratar com a ZPE PARNAIBA.

9.4.4. Declaradas inidôneas pela Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes desta condição.

9.4.5. Estrangeiras não autorizadas a comercializar no país.

9.4.6. Cujo Estatuto ou Contrato Social não inclua no objetivo social da empresa, atividade compatível com o objeto do certame.

9.4.7. Constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea.

9.4.8. Cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea.

9.4.9. Constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção.

9.4.10. Cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção.

9.4.11. Que tiver nos seus quadros de diretoria pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea.

9.4.12. Empregado ou dirigente da ZPE PARNAIBA, como pessoa física.

9.4.13. Quem tenha relação de parentesco até o terceiro grau civil, com:

9.4.13.1. Dirigente ou empregado da ZPE PARNAIBA, neste último caso, quando as atribuições do empregado envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação.

9.4.13.2. Autoridade do ente público a que a ZPE PARNAIBA esteja vinculado.

9.4.14. Cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a ZPE PARNAIBA, há menos de 6 (seis) meses.

9.4.15. Possuam entre seus dirigentes, gerentes, sócios, responsáveis legais ou técnicos, membros do conselho técnico, fiscal, consultivo, deliberativo ou administrativo, qualquer pessoa que seja membro da Administração da ZPE PARNAIBA.

9.4.16. Servidor da ZPE PARNAIBA ou empresas cujos dirigentes, gerentes, sócios ou componentes de seu quadro sejam funcionários ou empregados públicos da entidade contratante ou responsável pela licitação.

9.5.17. Sob a forma de consórcio, qualquer que seja sua constituição.

9.6. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

9.6.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

9.6.1.1. nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

9.6.1.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

9.6.1.3. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

9.6.1.4. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

9.6.1.5. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

9.6.1.6. que a proposta foi elaborada de forma independente;

9.6.1.7. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

9.6.1.8. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

9.6.1.9. que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

9.7. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

10. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

10.1. Os pedidos de esclarecimentos e impugnações referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro até 05 (cinco) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente, por meio eletrônico, no endereço cpl.zpeparnaiba@gmail.com. Indicar o nº do pregão e o pregoeiro responsável.

10.1.1. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação, no prazo de até três dias úteis, contados da data de recebimento do pedido desta.

10.2. Não serão conhecidas as impugnações apresentadas fora do prazo legal e/ou subscritas por representante não habilitado legalmente.

10.3. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas no sistema e vincularão os participantes e a Administração.

10.4. Acolhida a impugnação contra este edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto se a alteração não afetar a formulação das propostas.

11. DA HABILITAÇÃO

11.1. A licitante que for cadastrada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF do Governo Federal ficará dispensada da apresentação dos documentos de habilitação que nele constem.

11.1.1. O Setor de Licitações verificará eletronicamente a situação cadastral, caso esteja com algum(ns) documento(s) vencido(s), a licitante deverá apresentá-lo(s) dentro do prazo de validade, sob pena de inabilitação, salvo aqueles acessíveis para consultas em sítios oficiais que poderão ser consultados pelo pregoeiro.

11.1.2. Existindo restrição no cadastro quanto ao documento de registro ou inscrição em entidade profissional competente, este deverá ser apresentado em situação regular, exceto quando não exigido na qualificação técnica.

11.1.3. É dever da licitante atualizar previamente os documentos constantes no SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública.

11.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da licitante detentora da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente, quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pela CNJ (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

c) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

11.2.1. Constatada a existência de sanção e/ou eventual descumprimento das condições de participação, o Pregoeiro reputará a licitante inabilitada.

11.3. A DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À HABILITAÇÃO JURÍDICA CONSISTIRÁ EM:

a) Registro Comercial, no caso de empresa individual.

b) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, documentos de eleição de seus administradores.

c) Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.

11.4. A DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA CONSISTIRÁ EM:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

b) Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, atualizado.

c) Prova de regularidade para com as Fazendas: Federal (Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União), Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante, devidamente atualizada.

d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 e considerando o disposto no art. 3º, da Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011.

11.4.1. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

11.4.1.1. Havendo restrição quanto à regularidade fiscal e trabalhista da Microempresa, da Empresa de Pequeno Porte ou da Cooperativa que se enquadre nos termos do art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir de declarada a vencedora, para a regularização do(s) documento(s), podendo, tal prazo, ser prorrogado por igual período, conforme dispõe a Lei Complementar nº 123/2006.

11.4.1.2. A não comprovação da regularidade fiscal e trabalhista até o final do prazo estabelecido implicará na decadência do direito, sem prejuízo das sanções cabíveis, sendo facultado ao Pregoeiro convocar as licitantes remanescentes, por ordem de classificação.

11.4.3. Para os Estados e Municípios que emitam prova de regularidade fiscal em separado, as proponentes deverão apresentar as respectivas certidões.

11.5. A DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA CONSISTIRÁ EM:

11.5.1. As licitantes deverão apresentar pelo menos 01 (um) atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove o desempenho de atividade de fornecimento equivalente ao objeto deste Pregão. O atestado de capacidade técnica deverá conter minimamente as seguintes informações: nome da empresa, endereço, nome do profissional responsável, telefone para contato e descrição dos materiais e/ou instalação de sistema de porte equivalente ao licitado.

11.5.2. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão apresentar atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável. O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante (Modelo Anexo IV).

11.6. A DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA CONSISTIRÁ EM:

a) Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor judicial da sede da pessoa jurídica.

a.1) Na ausência da certidão negativa, a licitante em recuperação judicial deverá comprovar o acolhimento judicial do plano de recuperação judicial nos termos do art. 58, da Lei nº 11.101/2005.

a.2) No caso da licitante em recuperação extrajudicial deverá apresentar a homologação judicial do plano de recuperação.

b) Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis, e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados a mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

b.1) O Balanço Patrimonial deverá estar assinado por contador ou outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;

b.2) No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

b.3) A boa situação financeira do licitante será avaliada pelos índices de liquidez geral (LG), solvência geral (SG), e liquidez corrente (LC), iguais ou superiores a 1 (um), resultantes de

aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial ou apurados mediante consulta “On-line” no caso de empresas inscritas no SICAF:

b.4) Índice de liquidez geral

$$ILG = \frac{AC + RL}{PC + EL}$$

Onde:

AC = Ativo Circulante

RL = Realizável a Longo Prazo

PC = Passivo Circulante

EL = Exigível a Longo Prazo

AT = Ativo total

b.5) Índice de liquidez corrente

$$ILC = \frac{AC}{PC}$$

b.6) Índice de solvência geral:

$$ISG = \frac{AT}{PC + EL}$$

12. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA ELETRÔNICA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

12.1. As licitantes encaminharão, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio do sistema, os documentos de habilitação e a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço.

12.2. A proposta deverá explicitar, nos campos “VALOR UNITÁRIO (R\$)” e “VALOR TOTAL (R\$)”, os preços referentes a cada item, incluídos todos os custos diretos e indiretos, em conformidade com as especificações deste edital. O Campo “descrição detalhada do objeto ofertado” deverá ser preenchido.

12.2.1. A proposta deverá ser anexada, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pela licitante ou seu representante legal, redigida em Língua Portuguesa em linguagem clara e concisa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, com as especificações técnicas e quantitativos, nos termos do Anexo I - Termo de Referência, deste edital.

12.2.2. Prazo de validade não inferior a 90 (noventa) dias, contados a partir da data da sua emissão.

12.3. As licitantes poderão retirar ou substituir as propostas e os documentos de habilitação por elas apresentados, até o término do prazo para recebimento.

12.4. Não será estabelecida nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

12.5. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação da licitante melhor classificada somente serão disponibilizados para avaliação pelo Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

12.6. Os documentos de habilitação deverão ser apresentados da seguinte forma:

12.6.1. Obrigatoriamente da mesma sede, ou seja, se da matriz, todos da matriz, se de alguma filial, todos da mesma filial, com exceção, dos documentos que são válidos, tanto para matriz, como para todas as filiais. O contrato será celebrado com a sede que apresentou a documentação.

12.6.2. O documento obtido através de sítios oficiais que esteja condicionado à aceitação via internet terá sua autenticidade verificada pelo Pregoeiro.

12.6.3. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser acompanhados da tradução para Língua Portuguesa efetuada por tradutor juramentado e também consularizados ou registrados no cartório de títulos e documentos.

12.6.3.1. Documentos de procedência estrangeira emitidos em Língua Portuguesa também deverão ser apresentados consularizados ou registrados em cartório de títulos e documentos.

12.6.4. Dentro do prazo de validade. Na hipótese de o documento não constar expressamente o prazo de validade, este deverá ser acompanhado de declaração ou regulamentação do órgão emissor que disponha sobre sua validade. Na ausência de tal declaração ou regulamentação, o documento será considerado válido pelo prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua emissão, quando se tratar de documentos referentes à habilitação fiscal e econômico-financeira.

13. DA ABERTURA, ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS ELETRÔNICAS E ETAPA DE LANCES

13.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública pela internet, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local, indicados neste Edital.

13.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

13.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

13.2.2. A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, acompanhado em tempo real por todos os participantes.

13.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

13.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente estas participarão do envio de lances.

13.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

13.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

13.5.1. O lance deverá ser ofertado para o valor total do **LOTE ÚNICO**.

13.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

13.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

13.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **R\$ 100,00 (cem reais)**.

13.9. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

13.10. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "Aberto", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, assim definido no inciso I art. 31º do Decreto nº 10.024/2019.

13.11. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

13.12. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

13.13. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

13.14. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

13.15. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;

13.15.1. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo Próprio do sistema.

13.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

13.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

13.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

13.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

13.20. O Critério de julgamento adotado será o menor preço global, conforme definido neste Edital e seus anexos.

13.21. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

13.22. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos fornecimentos.

13.22.1. No país;

13.22.2. Prestados por empresas brasileiras;

13.22.3. Prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

13.22.4. Prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

13.23. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

15. DA LICITANTE ARREMATANTE

15.1. O pregoeiro poderá negociar, exclusivamente pelo sistema, em campo próprio, a fim de obter melhor preço.

15.2. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à licitante que tenha apresentado o melhor preço para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

15.3. Definido o valor final da proposta, o Pregoeiro convocará a arrematante para anexar em campo próprio do sistema, no prazo de até **04 (quatro) horas**, a proposta de preços com os respectivos valores readequados ao último lance ofertado.

15.3.1. A proposta deverá ser anexada em conformidade com o item 12.2, deste edital.

15.4. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação da licitante, observado o disposto neste Edital.

15.5. Havendo a necessidade de envio de documentos complementares necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, a licitante será convocada a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 04 (quatro) horas, sob pena de desclassificação ou inabilitação.

15.6. O descumprimento dos prazos acima estabelecidos é causa de desclassificação da licitante, sendo convocada a licitante subsequente, e assim, sucessivamente, observada a ordem de classificação.

15.7. Após a apresentação da proposta não caberá desistência.

16. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

16.1. Para julgamento das propostas será adotado o critério de MENOR PREÇO GLOBAL observadas todas as condições definidas neste edital.

16.2. Se a proposta de menor preço não for aceitável, ou ainda, se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, verificando sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim, sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda a este edital.

16.3. A licitante remanescente que esteja enquadrada no percentual estabelecido no art. 44, § 2º, da Lei Complementar nº 123/2006, no dia e hora designados pelo pregoeiro, será convocada para, na sala de disputa, utilizar-se do direito de preferência, ofertando, no prazo de 5 (cinco) minutos, novo lance inferior ao melhor lance registrado no item.

16.4. Serão desclassificadas as propostas que:

16.4.1. Contenham vícios insanáveis.

16.4.2. Descumpram especificações técnicas constantes do instrumento convocatório.

16.4.3. Apresentem preços manifestamente inexequíveis.

16.4.4. Se encontrem acima do orçamento estimado para a contratação após encerrada a negociação de menor preço.

16.4.5. Não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela ZPE PARNAIBA.

16.4.6. Apresentem desconformidade com outras exigências do instrumento convocatório, salvo se for possível a acomodação a seus termos antes da adjudicação do objeto e sem que se prejudique a atribuição de tratamento isonômico entre as licitantes.

16.5. A ZPE PARNABA poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir das licitantes que ela seja demonstrada.

16.6. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema.

17. DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

17.1. Declarado o vencedor, o Pregoeiro abrirá o prazo mínimo de 30 minutos, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso.

17.1.1. Intenção motivada de recorrer é aquela que indica, objetivamente, contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, delineando o fato e o direito que a licitante deseja ver revisto pela autoridade superior àquela que proferiu a decisão.

17.1.2. O Pregoeiro examinará, em juízo de admissibilidade, a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema.

17.1.3. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

17.1.4. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

17.1.5. A falta de manifestação motivada quanto à intenção de recorrer no prazo estabelecido importará a decadência desse direito e autoriza o Pregoeiro a adjudicar o objeto ao licitante vencedor.

17.1.6. O licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso em campo próprio do sistema, no prazo de 5 (cinco) dias, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões, também via sistema e em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

17.1.7. Qualquer recurso contra a decisão do pregoeiro terá efeito suspensivo.

17.1.8. Para efeito do disposto no artigo 3º, inciso II, da Lei nº 9784/1999, fica franqueada aos interessados a vista dos autos do Processo que cuida desta licitação.

17.1.9. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, a sessão pública poderá ser reaberta, ocasião em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

17.2. Os recursos rejeitados pelo Pregoeiro serão apreciados pela autoridade competente.

17.3. O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

17.4. Os recursos e impugnações interpostos fora dos prazos não serão conhecidos.

17.5. O objeto deste Pregão será adjudicado pelo Pregoeiro ao licitante declarado vencedor, salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação caberá a autoridade competente para homologação, após a regular decisão dos recursos eventualmente apresentados.

17.6. A homologação deste Pregão compete ao Diretor-Presidente, na forma do Regulamento de Licitações e Contratos - RLC.

17.7. O objeto deste Pregão será adjudicado integralmente ao licitante vencedor.

17.3. O sistema gerará ata circunstanciada na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. As sanções administrativas referentes à execução contratual são aquelas previstas no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

18.2. Compete ao licitante também verificar, no anexo mencionado, quais são as sanções administrativas cabíveis no caso de irregularidades na fase licitatória, perpetradas pelos seus participantes.

19. DA CONTRATAÇÃO

19.1. A adjudicatária terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação, para a assinatura do contrato. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que solicitado durante o seu transcurso e, ainda assim, se devidamente justificado e aceito.

19.2. Na assinatura do contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação exigidas neste edital, as quais deverão ser mantidas pela contratada durante todo o período da contratação.

19.3. Quando a adjudicatária não comprovar as condições habilitatórias consignadas neste edital, ou recusar-se a assinar o contrato, poderá ser convidada outra licitante pelo pregoeiro, desde que respeitada a ordem de classificação, para, depois de comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar o contrato.

19.4. A forma de pagamento, prazo contratual, reajuste, recebimento, obrigações das partes e demais condições aplicáveis à contratação estão definidas nos Anexos I e II deste edital.

19.5. As despesas que atenderão à contratação correrão à conta de recursos próprios da Companhia.

20. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

20.1. As licitantes devem observar e a contratada deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos deste item, definem-se as seguintes práticas:

a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) “prática conluiada”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre duas ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando a influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) “prática obstrutiva”:

(1) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a

apuração de alegações de prática prevista neste subitem;

(2) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

20.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, conluiadas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

20.3. Considerando os propósitos dos itens acima, a licitante vencedora como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

20.4. A contratante, garantida a prévia defesa, aplicará as sanções administrativas pertinentes, previstas em Lei, se comprovar o envolvimento de representante da empresa contratada em práticas corruptas, fraudulentas, conluiadas ou coercitivas, no decorrer da licitação ou na execução do contrato financiado por organismo financeiro multilateral, sem prejuízo das demais medidas administrativas, criminais e cíveis.

21. DA GARANTIA CONTRATUAL

21.1. Será apresentada, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, garantia de execução do Contrato em qualquer das modalidades previstas no § 1º do art. 70 da Lei nº 13.303/2016, correspondente a 1% (um por cento) do valor global do Contrato.

21.2. A devolução da garantia estabelecida neste Instrumento será feita no prazo de 30 (trinta) dias após o cumprimento do objeto de CONTRATO.

21.3. No caso de rescisão do contrato e/ou de paralisação dos serviços, a garantia não será devolvida, a menos que estes fatos ocorram por conveniência da COMPANHIA, por mútuo acordo e após acerto financeiro entre o contratante e contratada.

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. Esta licitação não importa necessariamente em contratação, podendo a autoridade competente revogá-la, por razões de interesse público, anulá-la, por ilegalidade de ofício ou por

provocação de terceiros, mediante decisão devidamente fundamentada, sem quaisquer reclamações ou direitos à indenização ou reembolso.

22.1.1. A revogação ou a anulação da licitação após a apresentação de propostas ou lances, somente será efetivada depois de se conceder as licitantes que manifestem interesse em

contestar o respectivo ato, prazo hábil a lhes assegurar o exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa.

22.2. É facultada ao Pregoeiro ou à autoridade competente em qualquer fase da licitação a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório, vedada a inclusão posterior de documentos que deveriam constar originariamente na proposta e na documentação de habilitação.

22.3. O descumprimento de prazos estabelecidos neste edital e/ou pelo Pregoeiro ou o não atendimento às solicitações ensejará DESCLASSIFICAÇÃO ou INABILITAÇÃO.

22.4. Toda a documentação fará parte dos autos e não será devolvida à licitante, ainda que se trate de originais.

22.5. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, excluir-se-ão os dias de início e incluir-se-ão os dias de vencimento. Os prazos estabelecidos neste edital para a fase externa se iniciam e se vencem somente nos dias e horários de expediente da Companhia Administradora da ZPE PARNAÍBA. Os demais prazos se iniciam e se vencem exclusivamente em dias úteis de expediente da contratante.

22.6. Os representantes legais das licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

22.7. O desatendimento de exigências formais, não essenciais, não implicará no afastamento da licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

22.8. Caberá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

22.9. O pregoeiro poderá sanar erros formais que não acarretem prejuízos ao objeto da licitação, à Administração e às licitantes, dentre estes, os decorrentes de operações aritméticas.

22.10. Os casos omissos serão resolvidos pelo pregoeiro, nos termos da legislação pertinente.

22.11. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa.

22.12. Fica a critério das licitantes visitas ao local onde serão executados os serviços. Estas visitas deverão ser marcadas antecipadamente, com o Sr. Felipe Mendes, técnico da Companhia, pelo email: felipemendesdesousa@gmail.com ou pelo telefone (86) 99429 6549 (Débora).

22.12.1. A ocorrência de eventuais prejuízos em virtude da opção por não realizar a vistoria é de inteira responsabilidade da licitante.

22.13. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste edital será o da Comarca de Parnaíba, Estado do Piauí.

23. DOS ANEXOS

23.1. Constituem anexos deste edital, dele fazendo parte:

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II - MINUTA DO CONTRATO

ANEXO III – MODELO PARA FORMULAR PROPOSTA

ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO DO OBJETO

ANEXO V – MATRIZ DE RISCO

Parnaíba - PI, 03 de setembro de 2021.

ELIANE MARA DE MORAES AGUIAR

Pregoeira

VICTOR HUGO SARAIVA DE ALMEIDA

Presidente da Companhia Administradora da ZPE Parnaíba



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2021
ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA



TERMO DE REFERÊNCIA

FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E COMPONENTES DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PARA DATA CENTER (SERVIDOR, RACK, SWITCH, CONTROLE E FECHADURA DE ACESSO BIOMÉTRICO, NOBREAK, ETC).

PARNAÍBA – PI
SETEMBRO DE 2021

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1. IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO:

1.1. Fornecimento e instalação de máquinas, equipamentos e componentes de tecnologia da informação para Data Center (servidor, rack, switch, controle e fechadura de acesso biométrico, nobreak, etc).

1.2. ESTIMATIVA DE CUSTOS GLOBAL:

Os valores foram estimados com base nos preços obtidos a partir da realização de pesquisa de mercado. O preço unitário máximo que a Administração se dispõe a pagar considerou as regiões, tipos de garantia dos equipamentos e as estimativas de quantidades a serem adquiridas conforme especificado neste documento.

2. CONCEITOS:

Neste documento serão encontrados nomes, palavras, siglas e abreviações com os significados abaixo:

- a) Pesquisa de Mercado: pesquisa realizada junto ao mercado fornecedor, bem como junto aos órgãos de divulgação de preços oficiais ou, ainda, no âmbito dos preços praticados pelos órgãos e entidades da Administração Pública, visando à obtenção de preço de referência para subsidiar a realização ou atualização do Registro de Preços;
- b) Ordem de Compra: documento formal emitido com o objetivo de autorizar a entrega do bem ou do produto ou o início da prestação do serviço;
- c) Hardware: equipamentos para tecnologia da informação.
- d) Software: programas de computador.
- e) Software de prateleira: programas de computador adquiridos no mercado sem características específicas do comprador.
- f) TI ou IT: Abreviação de Tecnologias da Informação.
- g) TIC: abreviação de Tecnologia da Informação e Comunicação;
- h) Componentes de TI: acessórios, periféricos e peças que podem ser um hardware ou entrar na sua composição.

- i) Garantia On-site: modalidade de garantia onde a respectiva assistência técnica é realizada no local onde se encontra o equipamento indicado pela contratante.
- j) Manutenção Corretiva: é a série de procedimentos destinados a recolocar os equipamentos em seu perfeito estado de uso ou sua substituição por outro novo de mesma marca, modelo e características técnicas, durante o período de garantia, desde que a origem do problema não tenha sido motivada por uso do equipamento em desconformidade com as especificações do fabricante.

3. CONDIÇÕES GERAIS DE ATENDIMENTO NO PERÍODO DE GARANTIA DOS EQUIPAMENTOS:

- a) A garantia deverá cobrir todas as despesas para todos os componentes, com cobertura total para peças e serviços, incluindo deslocamentos de técnicos, quando necessários, para prestação dos serviços de assistência técnica e/ou manutenção corretiva, conforme período da garantia, modalidade da assistência técnica e localização, especificados para cada lote/item do Registro de Preços. Cabe a contratada reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, qualquer equipamento em que se verificar alguma desconformidade ou vício.
- b) Os serviços de assistência técnica durante o período de garantia deverão ser prestados diretamente pelo fabricante e/ou através de sua rede de assistência técnica autorizada com localização no Brasil, a solução técnica da garantia de todos os lotes deverá ser de no Mínimo 36 Meses e do tipo “on site”, ou seja, no local onde os equipamentos estiverem instalados ou fornecidos. Para o presente edital os equipamentos ofertados serão instalados ou fornecidos nas cidades de Parnaíba – PI.
- c) O tempo de atendimento, que compreende o tempo entre a abertura do chamado técnico e o diagnóstico para resolução do problema ou o comparecimento de um técnico ao local, quando necessário, será de, no máximo, 48 (quarenta e oito) horas para os todos os lotes/itens.
- d) A modalidade de atendimento remoto (abertura de chamados técnicos) deverá ser de 24x7 (24 horas por dia, 7 dias por semana) e 8x5 para atendimento presencial para os itens de Servidores tipo rack, Storage e Switches, para os demais itens a modalidade do atendimento será de 8x5, de 08:00 h às 17:00 h, de segunda-feira à sexta-feira, de acordo com o horário de funcionamento dos órgãos/entidades estaduais e/ou mediante prévio agendamento;
- e) Nas duas modalidades de atendimento, pode-se considerar solucionado o problema, caso o Fornecedor substitua definitivamente o equipamento defeituoso por um equipamento novo e sem uso anterior, de mesma marca modelo e características técnicas, garantindo sua instalação e, sempre que possível, a restauração dos

arquivos do usuário, respeitando os prazos de atendimento e solução descritos neste documento;

- f) Poderá ser realizada diligência, a critério da Comissão de Licitação, para aferição da unidade de assistência técnica ou representação localizada no Brasil;
- g) A Assistência Técnica deverá disponibilizar número telefônico fixo local (Parnaíba-PI) ou com ligação gratuita (0800), ou um serviço WEB em português (abertura de chamado técnico on-line ou chat), para registro do chamado técnico.
- h) A Contratada deverá disponibilizar relatório, em formato *Portable Document Format* (PDF), físico ou outros meios eletrônicos, a cada chamado técnico, especificando o detalhamento do referido chamado técnico como: hora, data, solicitante e procedimentos realizados;
- i) A empresa, na execução do contrato, sem prejuízo das suas responsabilidades contratuais e legais, poderá utilizar a estrutura técnica e operacional do fabricante do equipamento ou subcontratar uma assistência técnica na Região de Parnaíba, PI, exclusivamente para cumprir o atendimento e suporte de hardware e software;
- j) No caso de vício recorrente, obriga-se a contratada a substituir e disponibilizar, nas instalações do órgão/entidade, outro item de características iguais e/ou superiores ao objeto viciado, quando o problema tornar-se recorrente e/ou não for solucionado em um período de 30 dias após o recebimento definitivo, a contar da abertura do primeiro chamado;
- k) Caso seja impossível a substituição dos equipamentos, componentes, materiais ou peças por outras que não as que compõem o item proposto, esta substituição obedecerá ao critério de compatibilidade e capacidade, através de equivalência e semelhança e só poderá ser efetuada mediante expressa autorização da Contratante, para cada caso particular. Caso a Contratante recuse o equipamento, componente, material e ou peça a ser substituída, a licitante deverá apresentar as alternativas existentes, sem que o prazo para solução do problema seja alterado.
- l) Sem prejuízo às condições gerais de suporte e garantia, especificadas anteriormente, as demais condições específicas de suporte, garantia e SLA (*Service Level Agreement*) poderão estar contidas nas especificações técnicas descritas neste documento.

4. PENALIDADE PARA DESCUMPRIMENTO DE SUPORTE E GARANTIA

- 4.1. Incidirá multa percentual sobre o valor do equipamento, para cada dia de atraso além do prazo de solução do problema ou quebra das condições de garantia definidas neste documento e conforme cláusula de penalidade por execução parcial prevista no contrato.

5. PRAZO DE ENTREGA

5.1. O prazo de entrega dos itens deverá ser de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias, contado a partir da data do recebimento da ordem de compra pela Contratada.

6. REQUISITOS OBRIGATÓRIOS GERAIS

6.1. Produtos Ofertados e Proposta

- a) A proposta de cada licitante deve conter tabela comprobatória das características solicitadas, independente da sua descrição, através de documentos cuja origem seja exclusivamente do fabricante dos produtos, como catálogos, manuais, ficha de especificação técnica, informações obtidas em sites oficiais do fabricante através da internet, indicando as respectivas URL (*Uniform Resource Locator*), ou por meio de declarações do fabricante. As comprovações devem ser claras, com indicação de página na proposta. Serão aceitos documentos em português ou inglês para comprovações técnicas. A não comprovação de alguma característica exigida, quando solicitada pela Contratante, levará à desclassificação da proposta;
- b) Deverão ser listados todos os componentes relevantes da solução proposta com seus respectivos códigos do fabricante (marca, modelo, fabricante e *part number*), além de descrição e quantidades.

7. CRITÉRIO DE RECEBIMENTO DO OBJETO:

7.1. O recebimento dos equipamentos objeto desse documento compreenderá duas etapas distintas, a seguir discriminadas:

7.2. RECEBIMENTO PROVISÓRIO:

7.2.1. Recebimento provisório que ocorrerá por ocasião da entrega do material nos locais indicados pela Companhia, por meio de Contrato ou ordem de fornecimento específica, acompanhado da assinatura do administrador ou responsável pela unidade, na fatura/nota fiscal ou documento equivalente.

7.3. RECEBIMENTO DEFINITIVO:

7.3.1. Recebimento definitivo que se dará por meio de uma Comissão de Recebimento composta por no mínimo (03) três membros da Companhia e constará de:

- a) Verificação física do material adquirido para constatar a integridade do mesmo;
- b) Verificação da conformidade do material com as quantidades e especificações constantes do Edital, de seus Anexos e da proposta da Contratada.

- c) A critério exclusivo da Contratante poderão ser realizados testes no material adquirido de forma a verificar a compatibilidade dos mesmos com as especificações constantes do Edital, de seus Anexos e da proposta da Contratada.
- d) Caso sejam satisfatórias as verificações acima, lavrar-se-á um Termo de Recebimento Definitivo, que poderá ser suprido pelo ateste no verso da nota fiscal/fatura realizado por servidor especialmente designado pela Contratante.
- e) Caso sejam insatisfatórias as verificações acima, lavrar-se-á um Termo de Devolução, no qual serão consignadas todas as irregularidades observadas no material entregue em relação às especificações e quantidades constantes do Edital, de seus Anexos e da proposta da Contratada. Nesta hipótese, todo o item objeto do Edital em questão será rejeitado, devendo ser substituído no prazo de até 10 (dez) dias úteis, quando se realizarão novamente as verificações supra descritas.
- f) Caso a substituição não ocorra em até 10 (dez) dias úteis, ou caso o novo item também seja rejeitado, estará a Contratada incorrendo em atraso na entrega, sujeita à aplicação das sanções previstas.
- g) Os custos da substituição de mercadorias rejeitadas correrão única e exclusivamente às expensas da Contratada.
- h) O recebimento, provisório ou definitivo, não exclui a responsabilidade da Contratada pelo perfeito desempenho do objeto fornecido, cabendo-lhe sanar quaisquer vícios detectados quando da utilização dos mesmos.
- i) À Contratada caberá sanar as irregularidades apontadas no recebimento provisório e recebimento definitivo, submetendo as etapas impugnadas a nova verificação, ficando sobrestado o pagamento até a execução das correções necessárias, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

8. QUANTIDADE DOS ITENS

ITEM	EQUIPAMENTO	UNID	QUANT
1	Rack para Servidores 42 U	und	2
2	Switch de Acesso core	und	1
3	Switch de Acesso borda	und	4
4	GBIC 10GB	und	10
5	Servidor Rack	und	1
6	Console KVM	und	1
7	Regua Patch Panel 48 portas	und	5
8	Mini rack para parede 12U	und	4
9	Identificador de cabos anilha de marcação kit com 500 unidades	und	6
10	Organizador de cabo horizontal 1ux19"	und	5

11	Controle de acesso biométrico	und	1
12	Fechadura digital biométrica	und	1
13	Distribuidor interno optico	und	1
14	Nobreak 6KVA	und	2

9. ESPECIFICAÇÕES

ITEM	HARDWARE
01	<p>Rack para Servidores 42 U</p> <p><u>Especificações:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Padrão 19" – Estrutura em aço SAE 1020 com aterramento (Estrutura e Portas). • Teto com suporte para 4 Exaustores. • Entrada de Cabos Superior (Frontal /Traseira). • Porta Frontal com visor em Vidro Temperado 5mm e fechadura escamotável. • Porta Traseira em aço totalmente vedada com fechadura e chaves. • Portas Laterais removíveis com aletas de ventilação e fecho rápido. • 1º e 2º plano móvel numerados com furos 9x9mm para porca gaiola. • Base soleira com 04 pés niveladores e abertura para passagem de cabos. • Suporte e cabos de aterramento. • Kit Rodizio instalado. • Opcionais: Outros modelos de Fechaduras, Bandejas Fixas e Móveis, Réguas de Energia, PDUs, • Bandeja KVM, Guia de Cabo Horizontais e Verticais.
02	<p>Switch de Acesso core:</p> <p><u>Especificações:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Switch Ethernet concentrador com 48 (quarenta e oito) portas com POE + 1/10 GbE 4X SFP+ (1/10G) + wirespeed; • Gerenciável Layer3 • Implementar o protocolo IGMP Snooping; • Capacidade para no mínimo 128.000 endereços MAC;

	<ul style="list-style-type: none"> • O conector deve ser RJ-45 ou padrão RS-232. • Gerenciável via Telnet e SSH; • Gerenciável via SNMP (v1, v2 e v3); • Implementar controle de acesso por porta (IEEE 802.1x); • Implementar Quality of servisse (QoS); • Implementar o protocolo IEEE 802.1p CoS • Suporte a Data Center Bridge conforme RFC 802.1Qbb (PFC), 802.1Qaz (ETS) • Suportar roteamento de pacotes IPv4 e IPv6; Implementar roteamento estático para no mínimo 1024 rotas IPv4 ou IPv6;
03	<p>Switch de Acesso borda:</p> <p><u>Especificações:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Switch Ethernet 48 (quarenta e oito) portas com POE +10/100/1000Base-T “auto-sensing”; • 02 (duas) portas que permitam a inserção de adaptadores Gigabit Ethernet/10 Gigabit Ethernet. Estas portas adicionais não podem ser do tipo “COMBO” com as portas UTP e deverão suportar adaptadores para os padrões 1000Base-SX, 1000Base-LX, 1000Base-ZX, 10GBase-SR e 10GBase-LR • Portas 10 Gbps, deve aceitar cabos do tipo “twinax” (Direct Attachment Cooper – DAC) nos comprimentos de 0,5, 1, 3, 5 e 7 metros, inclusive de outros fabricantes • Possuir capacidade para no mínimo 32.000 endereços MAC; • Suportar as normas técnicas IEEE802.3 (10Base-T), IEEE802.3u (100Base-TX), IEEE 802.3z (1000Base-X), IEEE 802.3ab (1000Base-T); • Suporte ao modo de comutação "store and forward"; • Deve suportar o standard IEEE 802.3az (Energy Efficient Ethernet - EEE) • O conector deve ser RJ-45 ou padrão RS-232. • Interface de gerenciamento baseada em WEB (HTTP) que permita aos usuários configurar e gerenciar switches através de um browser padrão. • Gerenciável via Telnet e SSH; • Deve ser gerenciável via SNMP (v1, v2 e v3);
04	<p>GBIC 10GB:</p> <p><u>Especificações:</u></p>

	<ul style="list-style-type: none"> • Transceiver, SFP+, 10GbE • Wavelength de no mínimo 850 nm • Alcance de no mínimo 300m • Taxas de dados de 10gb • Compatível com o switch de acesso e o switch core
05	<p>Servidor Rack</p> <p><u>Especificações:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Processador: Intel® Xeon® Silver 4210R de 2,4 G, 10 C/20 T, 9,6 GT/s, 13,75 MB de Cache, Turbo, HT (100 W), DDR4-2400; • Memória: 64GB RDIMM, 3200MT/s, Dual Rank, BCC; • Controlador RAID; • Com RAID 0, 1, 5, 6 e 10; • Chassis para até 8 HDs de 2,5" e 3 slots PCIe; • Gabinete tipo rack com altura máxima de 1U; • Hot Plug / Hot Swap; • No mínimo 3 Interfaces USB; • 4 Interfaces de Rede Local padrão Gigabit Ethernet; • 2 unidades SSD configuradas em RAID 1 com tamanho mínimo de 480GB; <p>Observação: Deverá ser entregue junto com o servidor, um kit de fixação para rack, do tipo retrátil, permitindo o deslizamento do servidor a fim de facilitar sua manutenção.</p>
06	<p>Switch KVM IP Digital de 32 portas</p> <p><u>Especificações:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • KVM Digital para até acesso de 2 usuários para 32 servidores com VM, Console LCD de Rack de 19 polegadas e 8 Módulos de Servidor KVM VM USB/PS2. Compatibilidade: Integração com PDUs e Racks • Autenticação: Controle os privilégios e direitos de acesso de usuários LED's de indicação de status: Estado da unidade mediante indicadores visuais. • Suporte Multi-plataforma: Compatibilidade com Windows, Sun, Unix e Linux.

	<ul style="list-style-type: none"> • Disponibilidade: Gerenciamento fora de banda; Acesso de nível BIOS ou POST aos servidores; • Agilidade: Arquitetura Escalável: Switches KVM em cascata para uma solução modular. • Incluir acessórios de montagem em rack 19"
07	<p>Régua Patch Panel 48 Portas</p> <p>Especificações:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Identificação do número das portas (1 até 48) • Atende os limites estabelecidos nas normas para CAT.6 • Largura de 19" • Painel fronts em material plástico de alto impacto e chapa de aço com porta etiquetas para identificação • Pintura especial anti-corrosão • Tipo de Pintura Eletrostática • Tipo de Conector Frontal: RJ45 fêmea fixado a circuito impresso • Tipo de cabo: U/UTP Cat.6 • 48 portas - Categoria: Cat6 Normas: ISO/IEC1 1801, TIA/EIA 568 Bloco de conexão IDC110 de 22 - 26AWG
08	<p>Mini Rack para Parede 12U/570 MM - Padrão 19"</p> <p>Especificações:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Possuir plano frontal ajustável para fixação de equipamentos padrão 19"; • Laterais removíveis confeccionadas em Chapa de aço • Porta frontal confeccionada em Chapa de aço, com visor em acrílico e fechadura com chave. • Dimensões Externas: Altura: (60cm) Largura (54cm) Profundidade (60cm)
09	<p>Anilhas para cabos UTP 4 Pares</p> <p>Especificações:</p>

	<ul style="list-style-type: none"> • Kit de Anilhas Numéricas para identificação ou marcação de cabo de rede (500 Peças) • Kit composto de 500 peças com algarismos do 0 ao 9. • Cada número possui uma cor. • Usar em cabos Utp com espessura máxima de 7mm e mínima de 5mm. • Com garra, para assegurar que o clip permaneça no lugar sob condições de normais de trabalho ou sob vibrações. • 50 anilhas de número "0" - PRETO 50 anilhas de número "1" - MARROM 50 anilhas de número "2" - VERMELHO 50 anilhas de número "3" - LARANJA 50 anilhas de número "4" - AMARELO 50 anilhas de número "5" - VERDE 50 anilhas de número "6" - AZUL 50 anilhas de número "7" - ROXO 50 anilhas de número "8" - CINZA 50 anilhas de número "9" – BRANCO
10	<p>Organizador de Cabo Horizontal 1x19"</p> <p>Especificações:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Largura máxima: 483 mm (19") • Altura máxima: 44 mm (1u)
11	<p>Controle de Acesso Biométrico: leitora de cartão de proximidade e biometria</p> <p>Especificações:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Deve possuir capacidade para leitura e gravação de cartões de proximidade (sem contato); • Deve possuir capacidade de leitura para distâncias de no mínimo 10,1 cm entre o cartão e a leitora; • Deve possuir teclado alfanumérico para autenticação de segurança e digitação de código; • Deve possuir display de LCD com resolução mínima de 120 x 32 e linguagem de operação e configuração em Português; • Deve possuir sensor para leitura biométrico do tipo ótico, com no mínimo 500 dpi, 256 bits em escala de cinza e possuir sensor para leitura de no mínimo 18 x 22 mm de área; • Deve possuir criptografia com uso de algoritmo seguro para transmissão de RF entre a leitora e o cartão; • Deve possuir autenticação com chaves de no mínimo 64 bits para comunicação entre o cartão e a leitora; • Deve possuir compatibilidade com a tecnologia de cartões de acordo com as normas ISO 15693 e ISO 14443B;

12	<p>Fechadura Digital Biométrica</p> <p>Especificações:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Métodos de abertura de porta por senha e biometria • Capacidade para até 10 senhas de 4 a 12 dígitos e até 100 biometrias • A instalação desta fechadura é embutida na porta • Configuração através de senha mestra • Função Anti-roubo • Função Não perturbe • Fechadura já vem com maçaneta • Instalação de embutir • Indicador sonoro de bateria fraca por 30 dias • Abertura de emergência com bateria 9V ou chave multiponto • Fechamento automático da porta
13	<p>DIO (Distribuidores Internos Ópticos)</p> <p>Especificações:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Com entrada de cabos lateral e traseira. • Instalado em racks de 19”. • permite a acomodação de até 24 fusões em bandejas sobrepostas e articuladas ocupando apenas 1U de altura. • Possibilita a utilização de cabos internos ou externos, com fibras monomodo (SM) ou multimodo (MM) do tipo loose, tight ou multicordão. • Possuir gaveta deslizante e painel de adaptadores intercambiável, que permite a fixação de adaptadores LC, SC, E2000, ST ou FC.
14	<p>Nobreak 6KVA</p> <p>Especificações:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Potência: 6KVA • Dupla conversão online • Bypass automático • Display LCD • Baterias internas, com possibilidade de expansão • Auto teste • Entrada e saída: 120V ou 220V • Correção do fator de potência de entrada (PFC) • Regulação estática $\pm 1\%$ • Tempo de transferência zero ms (online)

	<ul style="list-style-type: none"> • Elementos de saída com no mínimo de 6 tomadas + bornes • Baterias : Tipo de Baterias: Seladas tipo VRLA ou Estacionárias livre de manutenção Tensão DC: 72VDC • Quantidade de baterias: 6 x 9Ah • Interface RS 232 (incluso): Software para ambiente Windows, Linux, etc SNMP (incluso) Display LCD: Medindo todas as grandezas do nobreak Ambiente: Temperatura ambiente para operação: 0°C a 40°C Umidade do ar: 0 a 95% (sem condensação) Ruído audível menor que 50db • Comandos Tecla silenciadora Partida sem rede presente Ac Restart • Bypass Automático: Via chave estática Manual: Acionamento pelo painel frontal Rendimento global do UPS: Full Load > 90% (co Mode > 94%) Capacidade de sobrecarga: Via inversor: 105% a 150% durante 30 seg. - 150% após 300ms transfere para bypass Proteção contra curto-circuito Sobretensão Curto circuito na saída Teste dos ventiladores
--	---

10. ESTIMATIVA MÁXIMA DE CUSTOS

10.1. O custo total estimado para a aquisição objeto deste Termo de Referência é de **R\$ 339.849,80 (trezentos e trinta e nove mil, oitocentos e quarenta e nove reais e oitenta centavos)**. O critério utilizado para a formação da estimativa foi a média dos preços praticados no mercado.

LOTE ÚNICO – FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E COMPONENTES DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PARA DATA CENTER

(SERVIDOR, RACK, SWITCH, CONTROLE E FECHADURA DE ACESSO BIOMÉTRICO, NOBREAK, ETC) PARA A COMPANHIA ADMINISTRADORA DA ZONA DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO DE PARNAÍBA – ZPE PARNAÍBA.					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QNT	UNIT. (R\$)	TOTAL (R\$)
01	RACK PARA SERVIDORES 42 U	UND	02	8.554,16	17.108,32
02	SWITCH DE ACESSO CORE	UND	01	36.598,95	36.598,95
03	SWITCH DE ACESSO BORDA	UND	04	23.650,55	94.602,20
04	GBIC 10GB	UND	10	456,26	4.562,60
05	SERVIDOR RACK	UND	01	138.656,91	138.656,91
06	CONSOLE KVM	UND	01	8.376,32	8.376,32
07	RÉGUA PATCH PANEL 48 PORTAS	UND	05	719,16	3.595,80
08	MINI RACK PARA PAREDE 12 U	UND	04	2.260,66	9.042,64
09	IDENTIFICADOR DE CABOS ANILHA DE MARCAÇÃO KIT COM 500 UNIDADES	UND	06	190,00	1.140,00
10	ORGANIZADOR DE CABO HORIZONTAL 1ux19”	UND	05	207,66	1.038,30
11	CONTROLE DE ACESSO BIOMÉTRICO	UND	01	5.696,66	5.696,66
12	FECHADURA DIGITAL BIOMÉTRICA	UND	01	4.674,45	4.674,45
13	DISTRIBUIDOR INTERNO ÓPTICO	UND	01	2.092,51	2.092,51
14	NOBREAK 6 KVA	UND	02	6.332,07	12.664,14
VALOR TOTAL MÁXIMO PARA O LOTE					339.849,80

11. PRAZOS DE RECEBIMENTO

11.1. O objeto do presente Edital deverá ser entregue da sede da Companhia Administradora da ZPE Parnaíba – PI, localizada na Rua Dom Pedro I, s/n, antiga estrada do Fio Telégrafo, bairro Primavera, CEP 64.213-901, Parnaíba – PI.

11.2. O prazo total da aquisição, incluindo fornecimento, instalação, configuração e ativação dos equipamentos não deverá ultrapassar **45 (quarenta e cinco) dias** a partir do recebimento da ordem de serviço/recebimento.

11.3. Após a entrega do objeto e aceitação técnica da CONTRATANTE, será emitido Termo de Recebimento Definitivo (TRD).

11.4. Após assinatura do contrato, a CONTRATADA em conjunto com a CONTRATANTE, terá 05 (cinco) dias úteis para realizar vistoria técnica no local a fim de determinar o posicionamento exato do sistema de informação do DATA CENTER.

11.5. A CONTRATADA poderá propor, se for o caso, as adequações que julgar necessárias para melhor atendimento das funcionalidades e exigências de segurança do local.

11.6. Após a vistoria técnica a CONTRATADA deverá preparar plano de execução em até 10 (dez) dias antes do início dos serviços.

11.7. Deverão ser apresentadas de forma clara as quantidades, marcas, modelos (quando aplicável, apresentar identificação e comprovação do INMETRO da aprovação do modelo), especificações e catálogos de todos os materiais, equipamentos e sistemas de informática previstos para execução e entrega da solução.

11.8. Após o fornecimento completo do objeto licitado será realizada vistoria técnica por equipe designada pela CONTRATANTE.

11.9. O prazo máximo para a vistoria será de 10 (dez) dias a contar da data de entrega do projeto. No caso de não aceite de qualquer dos serviços realizados, a CONTRATADA deverá realizar as correções dentro do prazo para fornecimento do objeto deste projeto básico, sendo ainda válido o mesmo tempo acima citado para uma nova vistoria. Efetuadas as correções ou não havendo pendências por parte da contratada, será emitido o Termo de Recebimento Definitivo.

12. CAPACIDADE E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

12.1. As licitantes deverão apresentar pelo menos 01 (um) atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove o desempenho de atividade de fornecimento equivalente ao objeto deste Pregão. O atestado de capacidade técnica deverá conter minimamente as seguintes informações: nome da empresa, endereço, nome do profissional responsável, telefone para contato e descrição dos materiais.e/ou instalação de sistema de porte equivalente ao licitado.

13. CONDIÇÕES GERAIS

13.1. A CONTRATADA deverá providenciar a montagem total da solução, realizado por profissional capacitado, nisso se incluindo todas as providências necessárias ao perfeito funcionamento do sistema de DATACENTER.

13.2. Não serão aceitos equipamentos, softwares, firmwares ou qualquer funcionalidade que esteja em fase de desenvolvimento, testes ou previstos para implementações em futuras versões.

13.3. A execução dos serviços deverá ser realizada normalmente em dias úteis, durante o período compreendido entre 08:00 e 18:00 horas. Os serviços que causem transtornos às atividades normais da CONTRATANTE deverão ser realizados em períodos previamente agendados com o responsável do local, inclusive, caso necessário, fora do horário normal de expediente, noite, em feriados e em finais de semana.

13.4. Os equipamentos deverão ter capacidade de processamento e memória suficientes para trabalhar com todas as capacidades e funções solicitadas neste projeto, inclusive mais de uma capacidade ou função simultaneamente.

13.5. Cabe a CONTRATADA a verificação (testes) das condições físicas de instalação, fornecida ou já existente, incluindo infraestrutura lógica e elétrica, para a ativação dos componentes da solução a ser fornecida, sendo esta de sua responsabilidade.

13.6. Após a instalação, o técnico da CONTRATADA deverá fornecer por escrito para a CONTRATANTE, endereços IP e parâmetros configurados, nomes de usuários e senhas necessários à completa configuração e operação do sistema. A CONTRATANTE poderá a seu critério alterar a configuração dos equipamentos e da rede, desde que não seja caracterizado o uso indevido dos equipamentos que possa causar dano aos mesmos.

13.7. Qualquer problema na entrega, instalação, configuração e ativação dos equipamentos, devem ser reportados imediatamente à CONTRATANTE. Os problemas originados nos componentes que estão sendo fornecidos e ativados devem ser resolvidos pela CONTRATADA dentro do prazo solicitado neste projeto.

13.8. O preço proposto para este certame deve englobar os valores relativos a impostos, fretes, seguros, salários, encargos, transportes, equipamentos de segurança individual e demais despesas necessárias ao fornecimento completo do objeto.

13.9. A instalação de qualquer equipamento, software, firmware ou componente da solução deve prever a aplicação de todas as correções publicadas e divulgadas pelo fabricante.

13.10. A CONTRATADA não poderá sob hipótese alguma desligar equipamentos da rede interna de telecomunicações em atividade ou desligar a energia elétrica sem acordo prévio com a área técnica da CONTRATANTE.

13.11. A CONTRATADA é responsável por quaisquer ônus decorrentes de marcas, registros e patentes relativos ao objeto proposto.

13.12. Todos os componentes da solução apresentada, seja software, hardware, aplicativo ou qualquer outro dispositivo que trate informações lógicas, devem estar aptos a trabalhar com datas e horário de forma adequada.

13.13. Para o aceite, os equipamentos e seus componentes serão submetidos, a critério da CONTRATANTE, a testes de desempenho e/ou demonstrações de funcionamento, que verificarão funções e parâmetros descritos nesta especificação. Da mesma forma, poderá ser solicitado ambiente para a homologação técnica.

13.14. Só poderão participar desta licitação empresas cuja finalidade de ramo de atuação seja pertinente ao objeto desta licitação e desde que atendam a todos os requisitos estabelecidos neste projeto, seus anexos e legislação em vigor.

13.15. A CONTRATADA deverá disponibilizar durante o prazo de vigência do contrato, usuário e senha de acesso ao site dos fabricantes, com direito a acesso a documentação, suporte técnico e download de atualizações de software sem custo adicional.

13.16. A verificação dos recursos, capacidades e facilidades operacionais disponíveis para o objeto proposto, dar-se-á com base nas informações, catálogos, folhetos e manuais técnicos ou endereço na Internet, incluindo especificações físicas e requisitos necessários à instalação, quando for o caso. Para tanto, a PROPONENTE deverá informar o endereço na Internet (URL) para consulta ou anexar propostas, catálogos, folhetos e manuais técnicos, devendo identificar nos documentos apresentados a localização da descrição e/ou detalhamento dos recursos disponíveis.

13.17. Os documentos (catálogos, folhetos e manuais) apresentados deverão estar relacionados e numerados na proposta, sendo desconsiderados os documentos que não permitam a identificação, de forma clara, do objeto proposto.

13.18. As especificações técnicas requeridas são exigências mínimas, podendo ser aceitas configurações cujas especificações caracterizam-se como superiores.

13.19. O Pregoeiro pode solicitar, a seu critério, esclarecimentos e informações complementares.

13.20. Caso os dados da solução não sejam compatíveis com os sistemas da CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá realizar as devidas alterações/correções para permitir esta integração, sem ônus para a CONTRATANTE.

13.20. A solução fornecida pela CONTRATADA deverá atender obrigatoriamente a todos requisitos da RECEITA FEDERAL DO BRASIL, através da Portaria nº 30, de 26 de Junho de 2012 e Portaria nº 3.518, de 30 de setembro de 2011.

13.21. Todas as características técnicas obrigatórias deverão ser comprovadas através de catálogos, manuais e folders do fabricante de cada componente do equipamento, os quais deverão ser entregues juntamente com as respectivas propostas técnicas. Os catálogos, manuais e declarações não serão devolvidos. Também será aceita cópia de página da Internet que comprove as especificações de cada componente;

13.22. Todos os equipamentos deverão ser entregues, lacrados, em embalagem original de fábrica (não violada).

14. VISITA TÉCNICA

14.1. Fica facultada à PROPONENTE a realização de vistoria técnica ao local, a fim de levantamento das instalações existentes de modo a lhes propiciar todos os elementos necessários à formulação da proposta. Da visita técnica será fornecido ATESTADO DE VISITA TÉCNICA. A não realização da vistoria técnica por parte da PROPONENTE NÃO inabilita a empresa na continuidade do certame. Para o agendamento da vistoria técnica, a PROPONENTE deve enviar pedido formal com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência para o e-mail: felipemendesdesousa@gmail.com ou através do telefone (86) 99429 6549 (Débora) de Segunda a Sexta-feira no horário de 08 às 13h. O agendamento será feito de acordo com disponibilidade da CONTRATANTE.

14.2. Poderão participar da vistoria técnica, no máximo, 03 (três) profissionais devidamente identificados como parte do corpo funcional da PROPONENTE. No pedido de vistoria técnica deverá constar nome completo, documento de identidade e cargo dos profissionais.

14.3. As vistorias técnicas poderão ser realizadas a partir da data de publicação do edital que rege esta licitação, até o dia anterior a abertura do certame. Após a visita, será emitido pela CONTRATANTE um ATESTADO DE VISITA TÉCNICA em nome da PROPONENTE. Serão permitidas somente visitas técnicas com prévio agendamento.

15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

15.1. O CONTRATADO obriga-se a:

15.1.1. Entregar o objeto no tempo, lugar e forma estabelecidos no Termo de Referência e contrato, bem como obedecidos todas as exigências do Edital.

15.1.2. Entregar todos os equipamentos lacrados e em embalagem original de fábrica (não violada).

15.1.3. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em partes, qualquer equipamento em que se verificar alguma desconformidade ou vício.

15.1.4. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementa-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do art. 164 do RILC da Companhia.

15.1.5. Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pela CONTRATANTE na execução do contrato, atendendo, com diligência, às determinações da Unidade Fiscalizadora, voltadas à regularização de faltas e correções verificadas.

15.1.6. Prestar o fornecimento dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas, em observância às normas legais e regulamentares e, inclusive, às recomendações aceitas pela boa técnica.

15.1.7. Observar rigorosamente as normas que regulamentam o exercício de suas atividades, cabendo-lhe inteiramente a responsabilidade por eventuais transgressões.

15.1.8. Notificar o CONTRATANTE, por escrito, todas as ocorrências que porventura possam prejudicar ou embaraçar o perfeito desempenho das atividades do fornecimento contratado.

15.1.9. Em nenhuma hipótese veicular publicamente ou qualquer outra informação acerca do fornecimento a ser contratado, sem prévia autorização do CONTRATANTE.

15.1.10. Manter, durante a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas bem como todas as condições de qualificação e habilitação exigidas na licitação.

15.1.11. A CONTRATADA é responsável pelos danos causados à Companhia ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

16.1.A CONTRATANTE obriga-se a:

16.1.1. Efetuar o pagamento no tempo, lugar e forma estabelecidos no contrato.

16.1.2. Proporcionar todas as facilidades que lhe couber, para que a entrega dos produtos seja executada na forma estabelecida no Termo de Referência e Contrato.

16.1.3. Notificar, por escrito, a CONTRATADA sobre quaisquer irregularidades encontradas na prestação do fornecimento.

16.1.4. Participar ativamente das sistemáticas de supervisão, acompanhamento e controle de qualidade do fornecimento prestado, bem como atestar os documentos fiscais referentes à entrega efetiva dos produtos.

16.1.5. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

16.1.6. Aplicar, se for o caso, as sanções administrativas e penalidades regulamentares e contratuais.

16.1.7. Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, bem como atestar na Nota Fiscal/Fatura, a entrega efetiva do produto.

17. DO PAGAMENTO

17.1. O pagamento será realizado até o 30º (trigésimo) dia do mês subsequente, contados da entrega e recebimento definitivo, instalados e em perfeita funcionalidade operacional, de cada item do objeto devidamente atestado e mediante apresentação do Termo de Recebimento Definitivo e Nota Fiscal respectiva sob a forma de crédito em conta corrente do fornecedor, somente admitindo o reajustamento de preços nos casos contemplados na Lei 10.192/2001 ou nos casos previstos neste Edital.

17.1.1. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA caso exista pendência quanto à Justiça do Trabalho e às Fazendas Federal, Estadual e Municipal, incluída a regularidade relativa à Seguridade Social, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

17.2. O pagamento será precedido de consulta ao SICAF, para comprovação de cumprimento dos requisitos de habilitação previstos no Edital da Licitação.

17.3. Na hipótese de irregularidades no cadastro ou habilitação no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital.

17.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

17.5. Sobre o valor devido ao contratado, a Administração efetuará a retenção do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e da Contribuição para o PIS/PASEP, conforme disposto na Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 480, de 15 de dezembro de 2004.

17.6. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quando os impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação por meio de documento oficial de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

17.7. A Administração deduzirá do montante a ser pago os valores correspondentes às multas e/ou indenizações devidas pelo contratado.

17.8. O desconto de qualquer valor no pagamento devido ao contratado será precedido de processo administrativo em que será garantido à empresa o contraditório e a ampla defesa, com os recursos e meios que lhes são inerentes.

17.9. É vedado ao contratado transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato.

17.10. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.

18. DA GARANTIA CONTRATUAL

18.1. Será apresentada, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, garantia de execução do Contrato em qualquer das modalidades previstas no § 1º do art. 70 da Lei nº 13.303/2016, correspondente a 1% (um por cento) do valor global do Contrato.

18.2. A devolução da garantia estabelecida neste Instrumento será feita no prazo de 30 (trinta) dias após o cumprimento do objeto de CONTRATO.

18.3. No caso de rescisão do contrato e/ou de paralisação dos serviços, a garantia não será devolvida, a menos que estes fatos ocorram por conveniência da COMPANHIA, por mútuo acordo e após acerto financeiro entre o contratante e contratada.

19. DA RESCISÃO DO CONTRATO:

19.1. A inexecução total ou parcial do Contrato poderá ensejar a sua rescisão, com as consequências cabíveis, conforme disposto nos arts. 203 a 206 do RILCC da Companhia.

19.2. A rescisão do contrato poderá ser:

I - por ato unilateral e escrito de qualquer das partes;

II - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de contratação, desde que haja conveniência para a Companhia;

III - judicial, nos termos da legislação.

19.3. A rescisão por ato unilateral a que se refere o inciso I deste artigo, deverá ser precedida de comunicação escrita e fundamentada da parte interessada e ser enviada à outra parte com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

19.4. Na hipótese de imprescindibilidade da execução contratual para a continuidade de serviços públicos essenciais, o prazo a que se refere o § 1º será de 90 (noventa) dias.

19.5. Quando a rescisão ocorrer sem que haja culpa da outra parte contratante, será esta ressarcida dos prejuízos que houver sofrido, regularmente comprovados, e no caso do contratado terá este ainda direito a:

I - devolução da garantia, acaso tenha sido prestada;

II - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;

III - pagamento do custo da desmobilização, caso requerido e devidamente comprovado.

19.6. A rescisão por ato unilateral da Companhia acarretará as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas neste Regulamento:

I - assunção imediata do objeto contratado pela Companhia, no estado e local em que se encontrar;

II - execução da garantia contratual para ressarcimento pelos eventuais prejuízos sofridos pela Companhia;

III - na hipótese de insuficiência da garantia contratual, a retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Companhia.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. A CONTRATADA, em caso de inadimplemento de suas obrigações, garantido o contraditório e ampla defesa anteriormente a sua aplicação definitiva, ficará sujeita às seguintes sanções previstas no RILC e na Lei nº 13.303/2016:

a) advertência;

b) multa moratória;

c) multa compensatória;

d) multa rescisória, para os casos de rescisão unilateral, por descumprimento contratual;

e) suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Companhia, por até 02 (dois) anos.

20.2. As sanções previstas nos incisos “a” e “e” poderão ser aplicadas com a dos incisos “b”, “c” e “d”.

20.3. O CONTRATADO que cometer qualquer das infrações elencadas no artigo 208 do RILC da Companhia, dentre outras apuradas pela fiscalização do contrato durante a sua execução, ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, as sanções previstas nesta cláusula.

20.4. A aplicação das penalidades previstas neste item realizar-se-á no processo administrativo da contratação assegurado a ampla defesa e o contraditório à CONTRATADA, observando-se as regras previstas no RILC da Companhia.

20.5. A aplicação de sanção administrativa e o seu cumprimento não eximem o infrator da obrigação de corrigir as irregularidades que deram origem à sanção.

20.6. Da sanção de advertência:

20.6.1. A sanção de advertência é cabível sempre que o ato praticado não seja suficiente para acarretar prejuízo à Companhia, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente, ou a terceiros.

20.6.2. A aplicação da sanção do subitem anterior importa na comunicação da advertência à CONTRATADA, devendo ocorrer o seu registro junto ao SICAF, respeitado o disposto no item 22.5.

20.7. Da sanção de multa:

20.7.1. A multa poderá ser aplicada nos seguintes casos:

a) em decorrência da prática, por parte do contratado, das condutas elencadas no artigo 210, I e II do RILC da Companhia deverá ser aplicada multa correspondente a 1% (um por cento) sobre o valor estimado para a licitação em questão;

b) multa moratória de 3% por atraso injustificado na entrega da garantia contratual;

c) multa moratória de 0,2% (dois décimos por cento) sobre (o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente do contrato), por dia de atraso na execução dos serviços até o limite de 15 (quinze) dias;

d) multa moratória de 0,3% (três décimos por cento) sobre (o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente do contrato), por dia de atraso na execução dos serviços, por período superior ao previsto na alínea anterior, até o limite de 30 (trinta) dias.

d.1) esgotado o prazo limite a que se refere a alínea anterior poderá ocorrer a não aceitação do objeto, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

e) multa compensatória no percentual de 10% (dez por cento) sobre (o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente do contrato), no caso de inexecução parcial do Contrato;

f) multa compensatória no percentual de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total do Contrato;

g) multa rescisória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de rescisão contratual unilateral do Contrato;

h) pela recusa em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo instrumento convocatório, poderá ser aplicada multa correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

20.7.2. As multas moratória, compensatória e rescisória possuem fatos geradores distintos. Se forem aplicadas duas multas sobre o mesmo fato gerador configura repetição da sanção (bis in idem).

20.7.3. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do respectivo contratado, quando houver. Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Companhia ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

20.7.4. A aplicação da sanção de multa deverá ser registrada no SICAF.

20.8. Da sanção de suspensão:

20.8.1. Cabe a sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Companhia em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado prejuízo à Companhia, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou, ainda, em decorrência de determinação legal.

20.8.2. A aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Companhia por até 2 (dois) anos, será aplicada de acordo com os arts. 211 a 217 do RILC da Companhia e registrada no SICAF e no Cadastro de Empresas Inidôneas – CEIS de que trata o art. 23 da Lei nº 12.846/2013.

21. DA MATRIZ DE RISCOS E RESPONSABILIDADES

21.1. A Matriz de Riscos é a cláusula contratual definidora dos riscos e das responsabilidades entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA e caracterizadora do equilíbrio econômico financeiro na execução do Contrato, em termos de ônus financeiros decorrentes de eventos supervenientes à contratação.

21.2. A CONTRATADA é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos e responsabilidades relacionados ao objeto do ajuste, conforme hipóteses não-exaustivas elencadas na Matriz de Riscos– Anexo I do Termo de Referência.

21.2. A CONTRATADA não é responsável pelos riscos e responsabilidades relacionados ao objeto do ajuste quando estes competirem à CONTRATANTE, conforme estabelecido na Matriz de Riscos –Anexo I do Termo de Referência.

22. DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

22.1. Compete à Contratada, no que couber, atender os critérios de sustentabilidade ambiental previstos na legislação pertinente ao tema, a fim de cumprir o disposto no art. 4º, §1º do RILC da Companhia.

22.2. A Contratada se responsabiliza administrativamente, civilmente e penalmente por qualquer dano causado pelo seu serviço ao meio ambiente, podendo responder, inclusive, perante a COMPANHIA, pelos eventuais prejuízos causados à Companhia.

23. DO FORO

23.1. O foro para dirimir questões relativas ao presente contrato será o de Parnaíba-PI, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

24. DISPOSIÇÕES FINAIS

24.1. O Edital e seus Anexos, bem como a proposta do licitante vencedora farão parte integrante do Contrato, independentemente da transcrição.

24.2. Fica assegurado à Companhia, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, o contrato, dando ciência aos participantes, na forma da legislação vigente, respeitados os direitos das licitantes, em especial o contraditório e a ampla defesa.

24.3. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Vencem-se os prazos somente em dias e horários de expediente normais.

24.4. Os casos omissos serão resolvidos pela Lei nº 10.520/02, Lei nº 13.303/2016, RILC da Companhia e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93.

Parnaíba (PI), 31 de agosto de 2021.

Carlos Mário Morel Coelho Lopes
Engenheiro Civil

Jean Carlo Galvão Mourão
Analista de Sistemas

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2021

ANEXO II – MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº XX/2021

CONTRATO PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E COMPONENTES DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PARA DATA CENTER (SERVIDOR, RACK, SWITCH, CONTROLE E FECHADURA DE ACESSO BIOMÉTRICO, NOBREAK, ETC) PARA A COMPANHIA ADMINISTRADORA DA ZONA DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO DE PARNAÍBA – ZPE PARNAÍBA.

A **COMPANHIA ADMINISTRADORA DA ZONA DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO DE PARNAÍBA**, com sede administrativa na cidade de Parnaíba (PI), na Rua Dom Pedro I, s/n, antiga estrada do Fio Telégrafo, bairro Primavera, portadora do CNPJ/MF nº 13.031.118/0001-29, neste ato representada por seu Presidente, Sr. xxxxxx, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, Advogado, inscrito no CPF nº XXX e RG nº XXXX, residente e domiciliado na XXX, adiante denominada abreviadamente de **CONTRATANTE**, e a empresa **XXXX**, CNPJ nº XXX, neste ato, representada por **XXX**, brasileiro, casado, inscrito no CPF, sob nº CPF nº xx, doravante denominada **CONTRATADA**, firmam o presente contrato que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato é o **FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E COMPONENTES DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PARA DATA CENTER (SERVIDOR, RACK, SWITCH, CONTROLE E FECHADURA DE ACESSO BIOMÉTRICO, NOBREAK, ETC) PARA A COMPANHIA ADMINISTRADORA DA ZONA DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO DE PARNAÍBA – ZPE PARNAÍBA**, de acordo com as especificações e quantitativos previstos no Anexo I – Termo de Referência do edital e na proposta da CONTRATADA.

1.2. A contratação do objeto deste instrumento é celebrada com base no resultado, adjudicação e homologação do certame licitatório PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2021.

1.3. Integram e complementam este Termo de Contrato, no que não o contraria, o ato convocatório, a proposta da CONTRATADA e demais documentos integrantes e constitutivos da licitação de que trata a cláusula anterior.

1.4. Os serviços contratados compreendem aqueles expostos anteriormente no Termo de Referência que é parte integrante a este contrato, no qual deverão ser cumpridos fielmente.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

2.1.O prazo total do fornecimento, incluindo fornecimento, instalação, configuração e ativação dos equipamentos não deverá ultrapassar 45 (quarenta e cinco dias) a partir do recebimento da ordem de serviço/recebimento.

2.2. Após a entrega do objeto e aceitação técnica da CONTRATANTE, será emitido Termo de Recebimento Definitivo, em conformidade com o Termo de Referência.

2.2.1. Prazos por etapa:

a) Após assinatura do contrato, a CONTRATADA em conjunto com a CONTRATANTE, terá 05 (cinco) dias úteis para realizar vistoria técnica no local afim de determinar o posicionamento exato do sistema de automação e o seu local de fixação.

b) A CONTRATADA poderá propor, se for o caso, as adequações que julgar necessárias para melhor atendimento das funcionalidades e exigências de segurança do local.

c) Após a vistoria técnica a CONTRATADA deverá preparar plano de execução em até 10 (dez) dias antes do início dos serviços.

d) Deverão ser apresentadas de forma clara as quantidades, marcas, modelos (quando aplicável, apresentar identificação e comprovação do INMETRO da aprovação do modelo), especificações e catálogos de todos os materiais, equipamentos e sistemas de informática previstos para execução e entrega da solução.

e) Após o fornecimento completo do objeto licitado será realizada vistoria técnica por equipe designada pela CONTRATANTE.

f) O prazo máximo para a vistoria será de 10 (dez) dias a contar da data de entrega do projeto. No caso de não aceite de qualquer dos serviços realizados, a CONTRATADA deverá realizar as correções dentro do prazo para fornecimento do objeto constante no Termo de Referência, sendo ainda válido o mesmo tempo acima citado para uma nova vistoria. Efetuada as correções ou não havendo pendências por parte da contratada, será emitido o Termo de Recebimento Definitivo

g) Cabe ao CONTRATANTE designar comissão que fará a verificação da originalidade dos acessórios e itens exigidos no Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico n.º XXX.

CLAUSULA TERCEIRA - DOS PRAZOS, LOCAIS DE ENTREGA E DA FORMA DE PAGAMENTO

2.3. O objeto desta licitação deverá ser entregue no local e condições indicados no Termo de Referência, anexo I deste Edital.

CLÁUSULA QUARTA - DOS CONDIÇÕES DE SUPORTE E GARANTIA, DA MANUTENÇÃO E SUPORTE TÉCNICA E DAS CONDIÇÕES GERAIS

4.1- A garantia mínima dos serviços e equipamentos é de no mínimo de 12 (doze) meses, contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

CLÁUSULA QUINTA- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. O CONTRATADO obriga-se a:

5.1.1. Entregar o objeto no tempo, lugar e forma estabelecidos no Termo de Referência e contrato, bem como obedecidos todas as exigências do Edital.

5.1.2. Entregar todos os equipamentos lacrados e em embalagem original de fábrica (não violada).

5.1.3. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em partes, qualquer equipamento em que se verificar alguma desconformidade ou vício.

5.1.4. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementa-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 164 do RILC da Companhia.

5.1.5. Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pela CONTRATANTE na execução do contrato, atendendo, com diligência, às determinações da Unidade Fiscalizadora, voltadas à regularização de faltas e correções verificadas.

5.1.6. Prestar o fornecimento dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas, em observância às normas legais e regulamentares e, inclusive, às recomendações aceitas pela boa técnica.

5.1.7. Observar rigorosamente as normas que regulamentam o exercício de suas atividades, cabendo-lhe inteiramente a responsabilidade por eventuais transgressões.

5.1.8. Notificar o CONTRATANTE, por escrito, todas as ocorrências que porventura possam prejudicar ou embaraçar o perfeito desempenho das atividades do fornecimento contratado.

5.1.9. Em nenhuma hipótese veicular publicamente ou qualquer outra informação acerca do fornecimento a ser contratado, sem prévia autorização do CONTRATANTE.

5.1.10. Manter, durante a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas todas as condições de qualificação e habilitação exigidas na licitação mantendo sempre o SICAF em situação regular. A ausência da regularização do SICAF, na forma da legislação em vigor, acarretará a suspensão do pagamento.

5.1.11. A CONTRATADA é responsável pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1.A CONTRATANTE obriga-se a:

6.1.1. Efetuar o pagamento no tempo, lugar e forma estabelecidos no contrato.

6.1.2. Proporcionar todas as facilidades que lhe couber, para que a entrega dos produtos seja executada na forma estabelecida no Termo de Referência e Contrato.

6.1.3. Notificar, por escrito, a CONTRATADA quaisquer irregularidades encontradas na prestação do fornecimento.

6.1.4. Participar ativamente das sistemáticas de supervisão, acompanhamento e controle de qualidade do fornecimento prestado, bem como atestar os documentos fiscais referentes à entrega efetiva dos produtos.

6.1.5. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

6.1.6. Aplicar, se for o caso, as sanções administrativas e penalidades regulamentares e contratuais.

6.1.7. Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, bem como atestar na Nota Fiscal/Fatura, a entrega efetiva do produto

CLÁUSULA SETIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1. A Contratada poderá subcontratar, parcialmente, alguma parte deste Contrato, devendo executar o objeto deste Edital sem transferir a outrem a responsabilidade contratada.

7.1.1. Ao que se refere o item acima, aplica-se em casos dispensados pelos arts. 47 a 49 da Lei Complementar nº 123/06;

CLÁUSULA OITAVA - DO GERENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO

8.1. A fiscalização da entrega do objeto será exercida por representante do CONTRATANTE, através de uma comissão de, no mínimo 03 membros, ao qual competirá ainda dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução, dando ciência de tudo à CONTRATADA através de lavratura de termo circunstanciado no recebimento.

8.2. A fiscalização que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, até mesmo perante terceiro, por qualquer irregularidade, inclusive resultante de imperfeições técnicas, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica co-responsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos.

8.3. A contratada sujeitar-se-á a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da unidade competente do Contratante.

8.4. A presença da fiscalização do Contratante não elide e nem diminui a responsabilidade da empresa contratada.

8.5. De acordo com os termos legais, o objeto desta contratação será recebido e fiscalizado mediante termo circunstanciado e atesto de recebimento na respectiva Nota Fiscal/ Fatura discriminada, em 2 (duas) vias.

8.6. Será designada comissão através de portaria para recebimento do material objeto desta contratação.

CLÚSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. A despesa com a execução deste Contrato correrá à conta de Recursos Próprios da Companhia Administradora da Zona de Processamento de Exportação de Parnaíba – ZPE Parnaíba.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA VIGÊNCIA

10.1. O prazo de vigência deste contrato será de **120 (cento e vinte) dias**, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado conforme conveniência e oportunidade da

CONTRATANTE, nos moldes do art. 71, da Lei nº 13.303/16. O prazo de execução total dos serviços será de **45 (quarenta e cinco) dias**, contados a partir da assinatura da Ordem de Serviço.

10.1.1. Os aditamentos provenientes deste Contrato somente poderão ser efetuados, observando-se as disposições legais do art. 72 da Lei Federal nº 13.303/16.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

11.1. A CONTRATADA, em caso de inadimplemento de suas obrigações, garantido o contraditório e ampla defesa anteriormente a sua aplicação definitiva, ficará sujeita às seguintes sanções previstas no RILC e na Lei nº 13.303/2016:

- a) advertência;
- b) multa moratória;
- c) multa compensatória;
- d) multa rescisória, para os casos de rescisão unilateral, por descumprimento contratual;
- e) suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Companhia, por até 02 (dois) anos.

11.2. As sanções previstas nos incisos “a” e “e” poderão ser aplicadas com a dos incisos “b”, “c” e “d”.

11.3. O CONTRATADO que cometer qualquer das infrações elencadas no artigo 208 do RILC da Companhia, dentre outras apuradas pela fiscalização do contrato durante a sua execução, ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, as sanções previstas nesta cláusula.

11.4. A aplicação das penalidades previstas neste item realizar-se-á no processo administrativo da contratação assegurado a ampla defesa e o contraditório à CONTRATADA, observando-se as regras previstas no RILC da Companhia.

11.5. A aplicação de sanção administrativa e o seu cumprimento não eximem o infrator da obrigação de corrigir as irregularidades que deram origem à sanção.

11.6. Da sanção de advertência:

11.6.1. A sanção de advertência é cabível sempre que o ato praticado não seja suficiente para acarretar prejuízo à Companhia, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente, ou a terceiros.

11.6.2. A aplicação da sanção do subitem anterior importa na comunicação da advertência à CONTRATADA, devendo ocorrer o seu registro junto ao SICAF, respeitado o disposto no item 11.5.

11.7. Da sanção de multa:

11.7.1. A multa poderá ser aplicada nos seguintes casos:

a) em decorrência da prática, por parte do contratado, das condutas elencadas no artigo 210, I e II do RILC da Companhia deverá ser aplicada multa correspondente a 1% (um por cento) sobre o valor estimado para a licitação em questão;

b) multa moratória de 3% por atraso injustificado na entrega da garantia contratual;

c) multa moratória de 0,2% (dois décimos por cento) sobre (o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente do contrato), por dia de atraso na execução dos serviços até o limite de 15 (quinze) dias;

d) multa moratória de 0,3% (três décimos por cento) sobre (o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente do contrato), por dia de atraso na execução dos serviços, por período superior ao previsto na alínea anterior, até o limite de 30 (trinta) dias.

d.1) esgotado o prazo limite a que se refere a alínea anterior poderá ocorrer a não aceitação do objeto, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

e) multa compensatória no percentual de 10% (dez por cento) sobre (o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente do contrato), no caso de inexecução parcial do Contrato;

f) multa compensatória no percentual de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total do Contrato;

g) multa rescisória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de rescisão contratual unilateral do Contrato;

h) pela recusa em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo instrumento convocatório, poderá ser aplicada multa correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

11.7.2. As multas moratória, compensatória e rescisória possuem fatos geradores distintos. Se forem aplicadas duas multas sobre o mesmo fato gerador configura repetição da sanção (bis in idem).

11.7.3. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do respectivo contratado, quando houver. Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Companhia ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

11.7.4. A aplicação da sanção de multa deverá ser registrada no SICAF.

11.8. Da sanção de suspensão:

11.8.1. Cabe a sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Companhia em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado prejuízo à Companhia, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou, ainda, em decorrência de determinação legal.

11.8.2. A aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Companhia por até 2 (dois) anos, será aplicada de acordo

com os arts. 211 a 217 do RILC da Companhia e registrada no SICAF e no Cadastro de Empresas Inidôneas – CEIS de que trata o art. 23 da Lei nº 12.846/2013.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento será realizado até o 30º (trigésimo) dia do mês subsequente, contados da entrega e recebimento definitivo, por cada equipamento e software, prontamente instalados e em perfeitas condições operacionais, devidamente atestados e mediante apresentação do Termo de Recebimento Definitivo e Nota Fiscal respectiva sob a forma de crédito em conta corrente do fornecedor, somente admitindo o reajustamento de preços nos casos contemplados na Lei 10.192/2001 ou nos casos previstos neste Edital.

12.2. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA caso exista pendência quanto à Justiça do Trabalho e às Fazendas Federal, Estadual e Municipal, incluída a regularidade relativa à Seguridade Social, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

12.3. O pagamento será precedido de consulta ao SICAF, para comprovação de cumprimento dos requisitos de habilitação previstos no Edital.

12.4. Na hipótese de irregularidades no cadastro ou habilitação no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital.

12.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

12.6. Sobre o valor devido ao contratado, a Companhia efetuará a retenção do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e da Contribuição para o PIS/PASEP, conforme disposto na Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 480, de 15 de dezembro de 2004.

12.7.A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quando os impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação por meio de documento oficial de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12.8. A Administração deduzirá do montante a ser pago os valores correspondentes às multas e/ou indenizações devidas pelo contratado.

12.9. O desconto de qualquer valor no pagamento devido ao contratado será precedido de processo administrativo em que será garantido à empresa o contraditório e a ampla defesa, com os recursos e meios que lhes são inerentes.

12.10. É vedado ao contratado transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato.

12.11. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$

$I = (6/100)$

365

$I = 0,00016438$

TX = Percentual da taxa

anual = 6%.

12.12. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

13.1. A lavratura do presente contrato decorre da realização do PREGÃO ELETRÔNICO nº XXXX e seus anexos, realizado com fundamento na Lei nº 10.520/2002, a Lei Federal nº 13.303/2016, o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Companhia Administradora da ZPE Parnaíba, e ainda, outras leis especiais necessárias ao cumprimento de seu objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA– DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

14.1. Durante a vigência dos contratos os preços se manterão fixos e irremovíveis, salvo os casos constantes do art. 81 da Lei nº 13.303/2016 e respeitado o interregno mínimo de 1 (um) ano, ficando estabelecido o reajuste anual com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) calculado pelo IBGE.

14.1.1. Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA GARANTIA CONTRATUAL

15.1. Será apresentada, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, garantia de execução do Contrato em qualquer das modalidades previstas no § 1º do art. 70 da Lei nº 13.303/2016, correspondente a 1% (um por cento) do valor global do Contrato.

15.2. A devolução da garantia estabelecida neste Instrumento será feita no prazo de 30 (trinta) dias após o cumprimento do objeto de CONTRATO.

15.3. No caso de rescisão do contrato e/ou de paralisação dos serviços, a garantia não será devolvida, a menos que estes fatos ocorram por conveniência da COMPANHIA, por mútuo acordo e após acerto financeiro entre o contratante e contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES

16.1. A CONTRATADA poderá aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo dos produtos, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial deste contrato, em observância ao art. 81, §1º da Lei nº 13.303/2016.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA RESCISÃO

17.1. A inexecução total ou parcial do Contrato poderá ensejar a sua rescisão, com as consequências cabíveis, conforme disposto nos arts. 203 a 206 do RILCC da Companhia.

17.2. A rescisão do contrato poderá ser:

17.2.1. por ato unilateral e escrito de qualquer das partes;

17.2.2. amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de contratação, desde que haja conveniência para a Companhia;

17.2.3. judicial, nos termos da legislação.

17.2.4. A rescisão por ato unilateral a que se refere o inciso I deste artigo, deverá ser precedida de comunicação escrita e fundamentada da parte interessada e ser enviada à outra parte com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

17.2.5. Na hipótese de imprescindibilidade da execução contratual para a continuidade de serviços públicos essenciais, o prazo a que se refere o § 1º será de 90 (noventa) dias.

17.2.6. Quando a rescisão ocorrer sem que haja culpa da outra parte contratante, será esta ressarcida dos prejuízos que houver sofrido, regularmente comprovados, e no caso do contratado terá este ainda direito a:

I - devolução da garantia;

II - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;

III - pagamento do custo da desmobilização, caso requerido e devidamente comprovado.

17.2.7. A rescisão por ato unilateral da Companhia acarretará as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas neste Regulamento:

I - assunção imediata do objeto contratado pela Companhia, no estado e local em que se encontrar;

II - execução da garantia contratual para ressarcimento pelos eventuais prejuízos sofridos pela Companhia;

III - na hipótese de insuficiência da garantia contratual, a retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Companhia.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO -

18.1. A CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS CASOS OMISSOS

19.1. Os casos omissos no presente contrato serão resolvidos pelo consenso das partes, por toda a legislação federal aplicável, especialmente nas Leis 13.303/2016 e 10.520/10, pelo RILC da Companhia e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA PUBLICAÇÃO

20.1 O CONTRATANTE providenciará a publicação no Diário Oficial do Estado do extrato deste Contrato até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias subsequentes àquela data.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO

21.1 O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o de Parnaíba - PI, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

21.1 - E, por estarem assim justos e acordados com tudo o que aqui foi expresso, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para que produza os efeitos legais necessários.

Parnaíba (PI) , de de 2021.

CONTRATADA CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2021/ZPE

ANEXO III - MODELO PARA FORMULAR PROPOSTA COMERCIAL

DADOS DA LICITANTE Razão Social/Nome: Endereço: CEP: CNPJ/CPF/MF: Fone: () Email: Representante Legal que assina o contrato (nome completo, naturalidade, estado civil, profissão, inscrição no CPF/MF e endereço residencial com CEP):

LOTE ÚNICO – FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E COMPONENTES DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PARA DATA CENTER (SERVIDOR, RACK, SWITCH, CONTROLE E FECHADURA DE ACESSO BIOMÉTRICO, NOBREAK, ETC) PARA A COMPANHIA ADMINISTRADORA DA ZONA DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO DE PARNAÍBA – ZPE PARNAÍBA.					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QNT	UNIT. (R\$)	TOTAL
01	RACK PARA SERVIDORES 42 U	UND	02		
02	SWITCH DE ACESSO CORE	UND	01		
03	SWITCH DE ACESSO BORDA	UND	04		
04	GBIC 10GB	UND	10		
05	SERVIDOR RACK	UND	01		
06	CONSOLE KVM	UND	01		
07	RÉGUA PATCH PANEL 48 PORTAS	UND	05		
08	MINI RACK PARA PAREDE 12 U	UND	04		
09	IDENTIFICADOR DE CABOS ANILHA DE MARCAÇÃO KIT COM 500 UNIDADES	UND	06		
10	ORGANIZADOR DE CABO HORIZONTAL 1ux19”	UND	05		
11	CONTROLE DE ACESSO BIOMÉTRICO	UND	01		
12	FECHADURA DIGITAL BIOMÉTRICA	UND	01		
13	DISTRIBUIDOR INTERNO ÓPTICO	UND	01		
14	NOBREAK 6KVA	UND	02		
VALOR TOTAL DO LOTE					

- Fornecer a descrição de todos os equipamentos propostos em conformidade com o Termo de Referência.
- Preço total da proposta em R\$ por extenso:
- Validade da Proposta:
- Prazo de execução:
- Garantia:
- Valor total estimado por extenso: R\$ XXXXX (xxxxxx).
- O valor engloba o pagamento de taxas, impostos, emolumentos, multas e demais contribuições fiscais que venham a incidir sobre o objeto e o pessoal dela incumbido além dos demais custos direto e indiretos com matérias, serviços e mão de obra especializada, encargos sociais e trabalhistas.
- DADOS BANCÁRIOS Banco: Agência: Conta: Fone: () Fax: () Local e data: Assinatura/Carimbo Observação 1: Emitir em papel timbrado da licitante

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2021/ZPE

ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO DO OBJETO

(Timbre ou dados da empresa)

À COMPANHIA ADMINISTRADORA DA ZPE PARNAIBA - PI.
Ref.: PREGÃO ELETRONICO Nº 0XX/2021
Processo nº. 0XX/2021

_____ (razão social da licitante), CNPJ nº
_____, estabelecida no(a) _____,

_____ neste ato representada pelo(a) Sr(a). _____
(representante da empresa e qualificação do mesmo, constando inclusive qual a
função/cargo na empresa), portador(a) de CI/RG nº _____, CPF nº

_____, DECLARA, sob as penas da Lei, que possui pleno conhecimento do
objeto do PREGÃO ELETRONICO Nº **XX/2021** e concorda com todas as exigências contidas
no Edital e anexos, que OPTOU por não realizar a visita/vistoria ao(s) local(is) de execução
dos serviços, que ASSUME todo e qualquer risco por esta decisão e SE COMPROMETE a
prestar fielmente os serviços nos termos do Edital, dos Projetos Básico e Executivos e dos
demais anexos que compõem o processo da presente licitação.

(Local e data)
Assinatura e carimbo
(Responsável)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2021

ANEXO V – MATRIZ DE RISCO

MATRIZ DE RISCOS - ZPE PARNAÍBA									
FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E COMPONENTES DE TECNOLOGIA								DATA	31/05/2021
ITEM	IDENTIFICAÇÃO DO RISCO (1)	DESCRIÇÃO DO RISCO (2)	ÁREA (3)	CAUSAS (4)	PROBABILIDADE (5)	IMPACTO (6)	NÍVEIS DE RISCO	MITIGAÇÃO (8)	PLANODE AÇÃO (9)
1	Falta de Orçamento para execução dos serviços	A não previsão de recursos para os serviços no Orçamento	Todos os Setores - ZPE	Falta de Planejamento Financeiro	OCASIONAL	MÉDIO	ALTO	1) Estudo de demandas das necessidades setoriais anuais; 2) Elaboração de	1) Nomear a equipe setorial responsável pelo estudo financeiro;
2	Falta de aderência do Cronograma Físico - Financeiro com a execução	Não previsto o serviço no orçamento, consequentemente falta de controle físico do serviço	Fiscalização - ZPE; Contratação	Falta de Orçamento / Falta de Projetos Básico e/ou executivo / Falta de	OCASIONAL	ALTO	ALTO	1) Acompanhamento diário/semanal por parte do setor responsável para que o cronograma seja atendido; 2)	1) Desenvolver métodos para que a execução reflita o cronograma; 2) Métodos e Equipes de
3	Projeto Básico Incompleto	TR com falta de especificações para a correta execução dos serviços / Quem executa o serviço não ter o conhecimento amplo do contrato e consequentemente ter reivindicações	Área Técnica - ZPE; Contratação	Falha na área técnica	BAIXO	BAIXO	MÉDIO	1) Diretrizes definidas e planejadas na ZPE; 2) Descrição /Especificação do retratado objeto /projeto.	1) Elaborar plano de ação /projeto de curto médio e longo prazos; 2) Contratação de consultoria de projetos.
4	Acervo Técnico ou Qualificação Técnica	Em casos de sinistro, a empresa não ter expertise de prever ou solucionar o	Área técnica - ZPE; Contratação;	Empresas Contratadas sem apresentar acervo técnico e qualificação	BAIXO	BAIXO	MÉDIO	1) Definição adequada de fornecedor/res/prestador de serviços da Contratada;	1) Elaboração de cadastro de fornecedor/res/prestador de serviços da Contratada.
5	Licitação Deserta	Em caso de não aparecer nenhuma empresa para	Área técnica - ZPE;	Não contratação de empresa para	BAIXO	ALTO	ALTO	1) Elaboração de um edital viabilizando um maior número de	1) Publicidade do edital; 2) Reparar o edital com o
6	Atraso de Materiais para Execução de Serviços	Caso haja atraso no envio de insumos por parte dos fornecedores / atraso na produção	Contratação	Po de ocasião na execução dos serviços	MÉDIO	ALTO	ALTO	1) Um bom entendimento das especificações do projeto para saber exatamente quais	1) Fazer pedido dos materiais com antecedência, já prevenindo um possível atraso de
7	Necessidade de Retrabalho dos serviços já executados	Caso haja divergência entre serviços executados e projeto, será necessário substituição de equipamentos	Área técnica - ZPE; Contratação;	Po de ocasião na execução da obra	MÉDIO	MÉDIO	ALTO	1) Necessário uma boa leitura de projeto para uma execução sem erros.	1) Fiscalização rigorosa do setor técnico da Contratante aliada a excelência da execução da contratada.